

O GRITO

JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL DE SANTA CATARINA - Nº 08 - Dezembro - 2006 - ANO II



Campanha de filiação tem resposta positiva da categoria

O Sintrajusc percorreu o Estado em busca de novos filiados. Foram milhares de quilômetros e quase 60 cidades visitadas durante três meses. A primeira etapa foi na Justiça Eleitoral. A resposta não poderia ser melhor.

Durante as viagens, os diretores do Sintrajusc puderam ver como, mesmo à distância, os servidores acompanham atentamente as lutas da categoria. O resultado desta primeira etapa da campanha foi excelente: muitas fichas de filiação começaram a chegar ao Sindicato.

PCS: ano para ficar na história



ior número de servidores filiados é certeza de vitórias2006 vai ficar na história dos servidores do Judiciário

Páginas centrais

Federal de todo o País. Em Santa Catarina, a categoria mostrou novamente que é de luta. Até meados de dezembro, o presidente Lula não havia sancionado o projeto do PCS, mas a greve de 45 dias plano de cargos e salários foi uma prova de fogo a que milhares de servidores em todo o País responderam com firmeza e valentia. Que em 2007 o exemplo deste e de outros anos ilumine a luta de todos os servidores do Judiciário Federal!

LEIA MAIS

Reuniões com administrações dos Tribunais continuarão em 2007

Página 3

Balanço do ano é positivo

Centrais

Festa de final de ano lota sede do Lira

Última página

Nesta última edição do ano de 2006 do nosso jornal O Grito, fazemos um balanço das nossas lutas e das nossas vitórias. Foi um ano em que a luta principal foi para aprovar um Projeto de Lei que reestruturaria o nosso Plano de Cargos e Salários. Muito mais que um simples reajustamento das tabelas de salários, buscamos a valorização do nosso tempo de estudo – através de um adicional de qualificação, a criação de gratificações inerentes ao cargo – para Oficiais de Justiça e Agentes de Segurança, e dispositivos que impedissem a terceirização no âmbito dos Tribunais. O Grito traz um histórico detalhado desta luta, onde os servidores do Judiciário Federal, mais uma vez, tiveram a oportunidade de comprovar que sem mobilização e greve nada se conquista.

Outro destaque é dado para a pressão do nosso Sindicato junto às administrações dos Tribunais Regionais, na questão das sobras do orçamento. Com a presença do assessor econômico, o Sindicato demonstrou que conhece a fundo todos os números que envolvem a previsão e a execução orçamentária dos Tribunais. Como no caso específico da Justiça Eleitoral, onde concluímos que seria possível a Administração daquele Tribunal atender importantes reivindicações dos servidores, como os retroativos da incorporação dos quintos, o aumento do auxílio-alimentação, as melhorias na assistência médica e odontológica e o auxílio-creche, bem como maior aplicação dos recursos para as melhorias das condições e segurança nos locais de trabalho. A discussão do orçamento na Justiça do Trabalho levou à decisão do Presidente do Tribunal pela incorporação dos quintos. Na Justiça Federal, o mesmo debate está fazendo com que aquela administração quite alguns passivos com os servidores, dentre eles, os resíduos da URV.

A campanha de filiação, tendo como meta dobrar o número de filiados até a realização do V Congresso do Sindicato, também terá destaque nas páginas de O Grito – com o relato das viagens dos coordenadores do Sindicato, buscando sindicalizar os novos servidores do quadro da Justiça Eleitoral e ouvir deles as principais reivindicações que já foram apresentadas em Memorial entregue ao Presidente do Tribunal Eleitoral. Finalizando, a edição destacará a festa de final de ano dos servidores – um ano que merece ser festejado por todos que lutaram e que deverá servir de exemplo para as lutas do próximo ano. O jornal O Grito e o Sintrajusc desejam um bom Natal e um grande abraço a todos.

EXPEDIENTE

O jornal O Grito é o informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina. Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, edifício Jorge Daux - Centro - CEP 88010-560 – Florianópolis (SC). Fone/Fax: (48) 222-4668. Site: www.sintrajusc.org.br E-mail: imprensa@sintrajusc.org.br . **Diretoria:** COORDENADORES GERAIS: Robak Barros; Paulo Roberto Koinski; Denise M.S. Zavarize COORDENADORES DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO: Manoel Prazeres (Aposentado); Ivo Ney Rodrigues Demaria (licenciado) COORDENADORIA DE CULTURA, PROMOÇÃO SOCIAL E ESPORTE: Adriana Maria Ramos; Luiz Carlos M. de Oliveira COORDENADORES DE COM. E IMPRENSA: Maria Lúcia Lemos Haygert (licenciada); Angela Albino (licenciada) COORDENADORES JURÍDICOS: Maria Aparecida Ferrari; Laércio Flávio Bonamico COORDENADORES DE FORM. SINDICAL: Neila Ávila de Souza COORDENADORES REGIONAIS: Região Sul: Perpétua Matildes de Jesus (Aposentada) - Região do Vale de Itajaí: Laurina Maas - Região Norte: Marlene Luciano - Região Oeste: Maria Clélia Lanus Crestani - Região do Planalto: Silvana Liczbinski **Jornalista Responsável:** Amílcar Oliveira (SC00462JP) **Diagramação:** CM Comunicação **Fotos** Amílcar Oliveira, Rodrigues Viana e Sérgio Raulino **Logomarca do Sintrajusc:** Paulo Laitano **Impressão:** Diário Catarinense **Tiragem:** 3.000 - As matérias e artigos assinados são de responsabilidade dos autores. Colabore com nosso jornal. Escreva para: imprensa@sintrajusc.org.br. (Os artigos enviados não poderão exceder 3.500 caracteres e serão publicados na coluna Soltando o Verbo. Receberemos os artigos, que serão publicados por ordem de chegada, até o dia 15 de cada mês).



SOLTANDO O VERBO

Este é um espaço destinado às manifestações da categoria. Envie sua colaboração

Assim nasce a luta

Entre março de 2005 e o final deste ano foram nomeados e tomaram posse 300 novos colegas na Justiça Eleitoral. Finalmente temos em Santa Catarina o quadro próprio dos servidores daquele Tribunal. Antes, as Zonas Eleitorais em todo o Estado eram “habitadas” por servidores de fora do quadro – a maioria cedidos pelas prefeituras. A base do nosso Sindicato, que antes estava restrita à Justiça Eleitoral da Capital e às poucas zonas eleitorais no interior do Estado, expandiu-se. Agigantou-se é a palavra certa. O Sintrajusc esteve no extremo Sul do Estado, sendo muito bem recebido pelos novos colegas da JE em Sombrio e Turvo, que pararam por uns minutos para ouvir a apresentação que fiz do nosso Sindicato e o convite para que se filiassem. O extremo Sul pode ser considerado o marco inicial do nosso limite territorial de representação – a nossa abrangência começa lá em Sombrio. Antes, era Araranguá.

Subindo pelo litoral, o nosso Sindicato agora estica os braços até o

extremo Norte, em São Francisco do Sul (São Chico). Visitamos toda a região Norte, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Mafra e Canoinhas, bem na fronteira com o Paraná. Em Mafra, foi só errar uma rua e eu entrei em Rio Negro, no Paraná, dirigi-me até o fórum daquela cidade, por engano, e na Justiça Eleitoral descobri, ao perguntar pelos servidores do quadro, que lá naquele estado o concurso está *sub judice*. Confesso que nunca tinha visto tantos requisitados por metro quadrado, mas vai lá, espero que muitos deles façam o devido concurso e sejam aprovados.

Depois, retornei pela mesma ponte e já estava de volta a Santa Catarina. No fórum de Mafra, encontrei os colegas da Eleitoral. Em outra ocasião, já havia me referido aos novos colegas como “uma gurizada muito bem preparada e qualificada”, o que confirmei durante a visita. Um bom número de servidores é de outros estados, ouvi sotaques paulistas, mineiros, gaúchos, manezinhos (d’onde seriam?). A grande maioria dos servidores está lotada fora do lo-

cal de origem e ressaltou a crueldade de terem que cumprir todo o estágio probatório para só depois poderem pedir remoção. Um servidor me disse: “Eu que sou da Capital, terei que ficar três anos aqui para só depois pedir remoção”. Percorrendo os caminhos da serra, Bom Retiro, Urubici e Lages, encontrei outro mais feliz: “Eu sou daqui, mas estava na Capital, passei no concurso e retornei para minha cidade”.

Uma semana inteira não foi o suficiente para percorrer o Oeste do Estado. Em Dionísio Cerqueira, um colega me perguntou: “Não vais aproveitar e cruzar a fronteira para fazer umas comprinhas na Argentina?”. Ainda falta visitar vinte Zonas Eleitorais, mas o importante é que o resultado aparece – os servidores filiam-se e o sindicato cumpre o seu papel – vai no local de trabalho, vê e ouve. Depois, transforma em luta.

Robak Barros, coordenador-geral do Sintrajusc, é diretor liberado do Sindicato e foi responsável pelas visitas às Zonas Eleitorais do Interior

Reuniões com administrações dos Tribunais continuarão em 2007

Neste ano, a diretoria do Sintrajusc se desdobrou para dar conta de todos os compromissos com a categoria. Um grande ponto de destaque das atividades do Sindicato foram as reuniões com as Administrações dos Tribunais, para tratar das questões específicas dos ramos do Judiciário Federal. A intenção do Sintrajusc foi sensibilizar as administrações dos Tribunais para que decisões políticas fossem adotadas em várias questões de interesse dos servidores, principalmente com relação a pagamento de atrasados de ações judiciais ou administrativas e a condições de trabalho.

O Sintrajusc manteve audiências com as Administrações dos três Tribunais, sempre com a assessoria econômica ou jurídica presentes. A partir de estudos dos orçamentos dos Tribunais, o Sindicato levou as reivindicações dos servidores em termos de reajustes de benefícios sociais e com relação à tramitação de ações administrativas. Nos três Tribunais, foi constatada a existência de recursos para o atendimento das reivindicações dos servidores, embora às vezes faltasse disposição política para atendê-las.

Este foi o caso, principalmente, da Justiça Federal. Durante reunião, em novembro, o diretor Paulo Roberto Koinski ouviu do diretor-geral do TRF/4, Luiz Roberto Silva Martins Filho, que o Tribunal não tem recursos para o pagamento dos quintos dos servidores da Justiça Federal. Koinski estava acompanhado do assessor jurídico do Sindicato. A notícia faz com que o Sintrajusc altere a estratégia de cobrança dos quintos, que prescreve em abril. O



Negociação no TRT pela incorporação dos quintos

Sintrajusc sempre defendeu a idéia do Coletivo Jurídico da Fenajufe, aprovada também por assembléia dos servidores, de esgotar a via administrativa antes de recorrer à via judicial. Diante dos novos fatos, a diretoria do Sindicato entrará em contato com o Coletivo Jurídico da Fenajufe para rever esse posicionamento, de modo a que a cobrança dos quintos possa ser feita pela via judicial.

Na Justiça do Trabalho, várias reuniões foram mantidas com a Administração. A incorporação dos quintos da JT foi finalmente conquistada. Os argumentos levados pelo Sintrajusc para o presidente Jorge Luiz Volpato provocaram mudança inclusive na postura do Colepreecor com relação à incorporação dos quintos. Foi uma grande vitória do Sindicato. Em dezembro, nova reunião com a Administração do TRT tratou do caso de 17 servidores que tiveram desconto por participarem da gre-

ve pelo PCS deste ano. O Presidente se propôs a resolver a questão, mas continuamos a negociar uma solução.

Na Justiça Eleitoral, reuniões com a Administração também foram feitas para tratar de várias questões, entre elas, pagamento dos atrasados dos quintos e condições de trabalho dos servidores, principalmente os lotados no interior. Participaram das reuniões, pelo Sintrajusc, os coordenadores Manoel Prazeres e Robak Barros. A Administração foi questionada sobre o passivo dos quintos no âmbito da Justiça Eleitoral e quais as medidas visando à quitação do débito com os servidores. A administração informou que o passivo com atrasados dos quintos é de R\$ 15 milhões, que a suplementação já foi solicitada junto ao TSE em duas oportunidades, fevereiro/2006 e maio/2006, e que o TSE está buscando os recursos junto ao Ministério do Planejamento. Durante a reunião no TRE, também foram levadas para a Administração várias reclamações dos servidores com relação a condições de trabalho, principalmente no interior do Estado, como acesso à Internet, remoções, equiparação do vale-alimentação com a JF, entre outras questões. O Sindicato elaborou memorial sobre esses assuntos e encaminhou para o TRE e TSE. A Administração do TRE prometeu encaminhar soluções para essas pendências.

Reunião com presidente do TRE

Sintrajusc reestrutura Núcleos de Servidores

Este foi um ano de muito trabalho para todos nós. No Sintrajusc, um dos principais objetivos foi a reorganização dos núcleos que reúnem segmentos específicos da categoria. Reuniões foram realizadas com aposentados, agentes de segurança e oficiais de justiça. Em todas as reuniões, a certeza de que apenas com muita organização será possível continuar tocando as lutas desses segmentos e da categoria dos servidores do Judiciário Federal. Durante as reuniões, também foi possível dedicar-se mais atentamente aos problemas de cada segmento, ouvindo as especificidades dos aposentados, agentes de segurança e oficiais de justiça, uma das maiores reclamações desses servidores. A intenção da diretoria do Sindicato é, a partir da reestruturação desses núcleos, levar suas reivindicações para o Congresso do Sintrajusc, que acontece em junho, em local e data ainda a ser definidos.



Café colonial do Núcleo dos Aposentados teve boa participação



Encontro dos Oficiais de Justiça



Balanço de 2006 é pos

Este foi um ano daqueles para os servidores do Judiciário Federal. A greve pelo PCS mobilizou a categoria durante boa parte do ano. Ações judiciais chegaram ao final ou bem próximo disso. Ao mesmo tempo, o Sindicato este sempre presente no acompanhamento de inquéritos envolvendo servidores, mostrando que os integrantes da categoria estão protegidos pelo seu sindicato. Mais de 70% do trabalho da banca de advogados contratada pelo Sindicato é de acompanhamento desses inquéritos, em várias regiões do Estado. O acompanhamento de ações judiciais

também ocupa bastante a assessoria jurídica do Sindicato, uma das mais capazes quando o assunto é Direito Administrativo.

Nestas páginas centrais do jornal **O Grito**, apresentamos um resumo da luta deste ano pelo PCS e de algumas das principais ações do Sindicato em defesa dos interesses dos servidores. Quem esteve presente, lembrará de vários momentos em que uniu-se aos colegas na defesa dos direitos da categoria. Quem ficou de fora, que mire-se na atitude dos colegas para participar das lutas futuras. Boa leitura!

PCS mostra mais uma vez o poder de mobilização da categoria*

Sem mobilização e luta não há conquista. Poucas frases são mais certas do que esta. O Sintrajusc tem orgulho da categoria que representa, pois jamais desanimou. Foi à luta pelo PCS com a certeza da vitória. O histórico das conquistas anteriores, com os PCSs 1 e 2 e a GAJ, serviu de lição. Mais uma vez, tivemos que usar as nossas armas mais poderosas - a mobilização e a greve que, aliadas à nossa pressão junto aos parlamentares, foram os principais ingredientes para nossas vitórias neste ano.

A aprovação do PCS no Congresso Nacional foi uma grande conquista de todos os servidores. A regulamentação, no próximo ano, exigirá novamente a participação de todos os servidores nos seminários que o Sintrajusc organizará. A experiência da luta pelo PCS-3 mostrou definitivamente que, com o acúmulo de tantas vitórias, agora temos de dar um passo maior: a construção do plano de carreira dos servidores do Judiciário Federal. Os PCSs e a GAJ foram grandes conquistas, mas o plano de carreira vai definir na lei a efetiva valorização da carreira dos servidores do Judiciário Federal.

Greve de 45 dias

O ponto alto da batalha pelo PCS-3 foi a greve de 45 dias, que mobilizou servidores em todo o País entre maio e junho deste ano. O objetivo era fazer o projeto de lei do PCS sair do Conselho Nacional de Justiça e tramitar o mais rápido possível nas Comissões da Câmara, até virar lei. Mas a garantia de que haveria recur-

sos para o pagamento passou a ser outra meta importante para a categoria. Então, a greve passou a ser pela obtenção de um acordo entre o Judiciário e o Executivo, o que finalmente foi conquistado. O acordo foi fundamental para que, tão logo fosse aprovado o PLN 11/06, que garantiu os recursos para o pagamento das parcelas do PCS, não houvesse mais obstáculos à sanção presidencial.

Antes disso, o sinal vermelho acendeu quando, no final de 2005, o projeto de lei do PCS, na época com o número 5845/05, voltou ao CNJ, para atender às determinações da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O retorno do projeto de lei mostrou aos servidores que uma luta dura vinha pela frente. A única alternativa era mobilização total. E foi o que a categoria fez, numa greve de seis dias, até a aprovação unânime do projeto de lei do PCS no CNJ, em novembro do ano passado.

Após isso, enquanto o projeto de lei capengava nas Comissões da Câmara, a Fenajufe realizou vários Dias Nacionais de Paralisação, com adesão maciça de servidores de todo o País. Gradativamente, os servidores foram se incorporando à luta, com atos que forçaram os parlamentares a colocar o PCS em votação. Mesmo assim, houve muitos atrasos na Câmara, sendo o maior deles o da Comissão de Finanças e Tributação, onde se definiu a adequação financeira do projeto de lei. Nesta Comissão, o PCS ficou parado por seis meses. Nesse período, os servidores já estavam com força na greve.

Em função da mobilização, o projeto foi aprovado na Comissão de



Finanças e Tributação, onde estava parado, e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Depois disso, a preocupação dos servidores foi o recurso apresentado pelo governo que garantia a inclusão do substitutivo resultante do acordo entre STF e governo federal no corpo do projeto de lei do PCS. O desafio era encontrar uma brecha na pauta da Câmara e do Senado bem em meio às eleições.

Depois de mais um ano de tramitação, e de dois períodos de esforço concentrado, finalmente, em setembro, e em apenas 48 horas, o PCS foi aprovado nas duas Casas do Congresso. Como das vezes anteriores, o Sintrajusc esteve presente no esforço para convencer deputados e senadores da importância da aprovação dos projetos de lei do PCS. Desta vez, três representantes, Paulo Roberto Koinski, Miguel Inácio e Carlito Andrade, estiveram em Brasília participando da luta pela aprovação do PCS. Foi preciso mui-

to trabalho para garantir, primeiro, a colocação do projeto na Ordem do Dia das duas Casas. Depois, mais esforço, para aprovar requerimentos que garantiram a colocação do PCS em votação. Ao final, novo esforço para garantir os votos necessários para a aprovação dos projetos em plenário.

Com a aprovação nas duas Casas, novamente voltou à cena a questão da garantia dos recursos no Orçamento deste ano. Era necessário aprovar, no Congresso Nacional, o projeto de lei que garantiria a suplementação orçamentária para o pagamento das primeiras parcelas ainda este ano. Era o último passo antes da assinatura do presidente da República. Assim, quase no final do ano, e em função da demora na votação, novamente os servidores tiveram que retomar a mobilização. Decorrido mais de um ano de tramitação, finalmente o PCS se tornou realidade, com a aprovação no Congresso.

da
sar
cre
do
no
mi
do
lib

*
sa

itativo! Que venha 2007!



Mais uma vez, servidores lotaram assembleias para lutar pela conquista do PCS

No dia 1º de dezembro, o Presidente República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a lei 11.375/06, que liberou o crédito suplementar para a implementação do PCS. O PLN garantiu a suplementação do Orçamento deste ano, de forma a permitir o pagamento das primeiras parcelas do PCS. Para o Poder Judiciário, foram liberados R\$ 809.089.983,00, dos quais

R\$ 226.286.592,00 destinados à alteração do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, de que trata Lei nº 11.143, de 26 de julho de 2005, bem como aos efeitos dessa alteração, e R\$ 582.803.391,00, destinados à alteração de carreiras e aumento de remuneração de que trata o Projeto de Lei nº 5.845, de 2005 (PCS).

Só pra lembrar: PCS é retroativo a junho

Pelo acordo entre STF e governo, o PCS vale a partir de junho. Pelo acordo, 15% do PCS deveria ser pago já em junho, em folha suplementar, mais 15% em dezembro. Em 2007, serão pagas mais duas parcelas de 15%, em julho e dezembro, e em 2008 outras duas, também em julho e dezembro, de 20% cada.

Até o fechamento desta edição, o presidente Lula não havia sancionado o projeto do PCS.

Ações judiciais: mais conquistas para os servidores

Este ano também foi de muitas vitórias em ações judiciais que beneficiaram os servidores do Judiciário Federal de Santa Catarina. A este respeito, o Sintrajusc tem uma das mais qualificadas assessorias jurídicas do País na área de Direito Administrativo. A assessoria jurídica acompanha atualmente 190 expedientes, entre ações judiciais e requerimentos administrativos. Destes, 27 são ações judiciais coletivas, 60 são ações judiciais individuais, 66 requerimentos administrativos individuais, 25 requerimentos administrativos coletivos, nove procedimentos disciplinares e três representações ao Ministério Público Federal.

No ano de 2006, a atenção foi voltada ao acompanhamento das questões relativas aos oficiais de justiça, especialmente na ação que questiona a redução da FC-05 dos Oficiais de Justiça da JT, com sustentação oral no TRF da 4ª Região, pelo advogado do Sindicato, Pedro Maurício Pita Machado. A incorporação de quintos também foi matéria que teve acompanhamento da assessoria jurídica, seja em assembleias, seja no ajuizamento de ações individuais. Em 2006, foi ajuizada ação em benefício de servidores da Justiça Federal que tiveram suprimida a parcela referente à Gratificação Especial de Localidade (GEL).

Houve também muitas demandas individuais contra descontos da administração, pretendendo devolução de valores percebidos de boa-fé. Houve acompanhamento de nove sindicâncias e processos administrativos disciplinares, sendo três instaurados em 2006. O advogado Pedro Maurício Pita Machado fez sustentação oral num dos procedimentos disciplinares no Tribunal Pleno da Justiça do Trabalho (caso Paulo Donner). A assessoria também atuou junto ao TRF da 4ª Região, apresentando recurso para manter a representação processual do Sintrajusc na execução da ação referente à restituição do Imposto de Renda 92/93 em benefício dos servidores do TRT da 12ª Região.

Outras ações

Uma das principais vitórias deste ano foi a da **URV da Justiça do Trabalho**, paga em abril, depois de anos de tramitação. Os precatórios beneficiaram 1.788 servidores. Nos quintos, o Sintrajusc também conseguiu uma grande vitória, com o reconhecimento, pelo Colepccor, do direito à incorporação em nível nacional, a partir da intervenção do presidente do TRT, que defendeu a posição do Sindicato no colegiado.

Na **Justiça Eleitoral**, o escritório contratado pelo Sindicato também conseguiu uma boa vitória na ação de devolução do Imposto de Renda e do PSS. Em março, a assessoria jurídica conseguiu reverter a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que mandava devolver os valores de IR e PSS da ação da URV. Os advogados do caso entraram com Ação Declaratória em favor dos servidores da Justiça Eleitoral e obtiveram decisão favorável. Pela decisão, a administração do TRE/SC tem de recolher judicialmente os valores de Imposto de Renda, conforme os critérios estabelecidos pela juíza federal, até que o processo tenha definição.

IR da JT: advogado do Sintrajusc aguarda intimação para impugnar embargos da União

A União embargou os cálculos dos valores da ação de devolução do Imposto de Renda dos servidores da Justiça do Trabalho apresentados pelo perito contratado pelo Sintrajusc. Conforme o advogado da ação, este procedimento já estava previsto, já que a União sempre contesta os cálculos nas ações em que é citada. Conforme informações antecipadas pelos advogados, os embargos já eram previstos, e são plenamente contestáveis.

Como o advogado ainda não foi intimado, não podemos oferecer para a categoria informações mais detalhadas sobre o conteúdo dos embargos. Mas, assim que a assessoria jurídica do Sindicato receber a intimação, procederá à impugnação e daremos informações mais detalhadas para os servidores.

São 55 processos referentes à ação de devolução do Imposto de Renda. O advogado aguardará a intimação eletrônica para impugnar os embargos da União. Após a impugnação do advogado do Sindicato, os processos retornam ao juiz federal, que decidirá a questão. Como é do conhecimento dos servidores, qualquer das partes ainda poderá oferecer apelação à decisão do juiz.

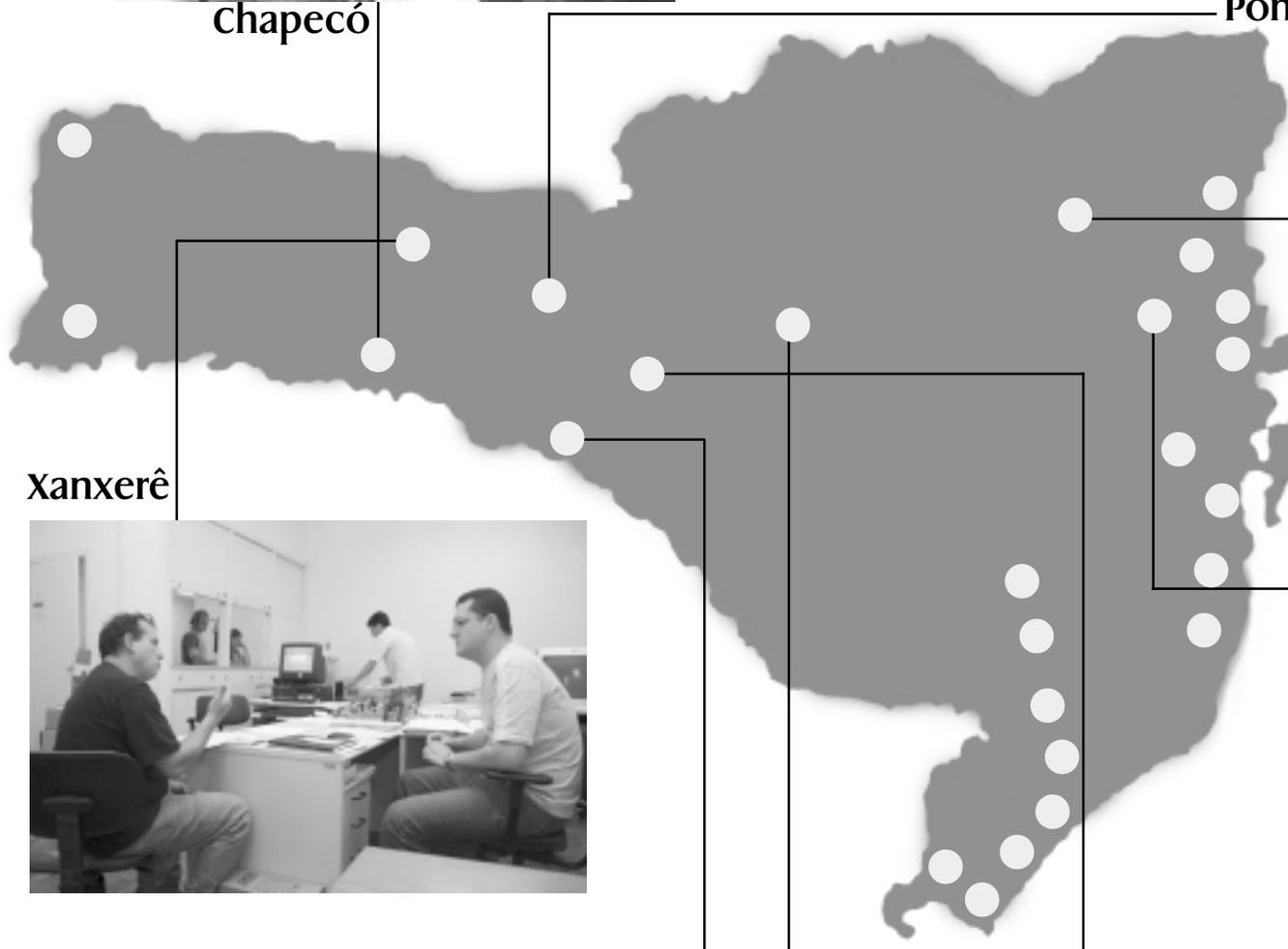
O mapa da mina das filiações



Chapecó



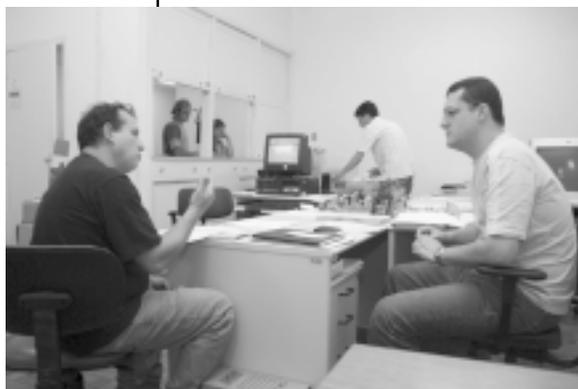
Ponte serrada



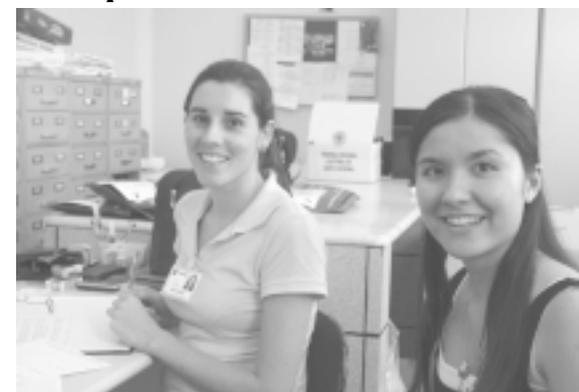
Blumenau



Xanxerê



Brusque



Tangará



Joaçaba



Outras cidades visitadas em 2006

Dionísio Cerqueira
 São José do Cedro
 Anchieta
 São Miguel do Oeste
 Campo Erê
 Maravilha
 Pinhalzinho
 Campos Novos
 Anita Garibaldi
 Canoinhas
 Papanduva
 Mafra
 Itaiópolis
 Rio Negrinho
 Rio do Sul

Bom Retiro
 Urubici
 São Joaquim
 Lages
 Turvo
 Sombrio
 Araranguá
 Içara
 Criciúma
 Urussanga
 Orleans
 Braço do Norte
 Tubarão
 Laguna
 Imaruí

Capinzal



E tem mais ...

Imbituba
 Santo Amaro da Imperatriz
 Palhoça
 São José
 Biguaçu
 São João Batista
 Tijucas
 Itapema
 Camboriú

Itajaí
 Indaial
 Timbó
 Pomerode
 Piçarras
 Barra Velha
 Jaraguá do Sul
 São Bento do Sul
 Joinville
 São Francisco do Sul

Milhares de quilômetros em busca de novos filiados

A diretoria do Sintrajusc cobriu os 95,5 mil quilômetros quadrados de área do Estado neste ano de 2006 em busca de novos filiados. De Norte a Sul, de Leste a Oeste, o Sintrajusc não mediu esforços para levar a mensagem da importância do Sindicato para os servidores, mesmo nas regiões mais remotas. Durante três meses, foram visitadas quase 60 cidades. A campanha de filiação é uma permanente preocupação do Sindicato, por um motivo muito simples: são os filiados que fazem a força da entidade. Nestas páginas, você vê um pouco dos principais problemas relatados pelos servidores durante a campanha de filiação, que a diretoria quer transformar em uma ação permanente. Como o Sindicato só tem um diretor liberado, o coordenador-geral Robak Barros, foi ele o responsável pela maior parte das viagens. Nesta edição de **O Grito**, Robak escreve um artigo em que relata a sua experiência na campanha de filiação (veja em Soltando o Verbo na página 2).

Este ano, o objetivo foi conversar com os servidores da Justiça Eleitoral. Você compartilhará com os seus colegas as aflições, preocupações, mas também a alegria de poder participar de um coletivo que, mais do que qualquer coisa, é a garantia da força da categoria. As imagens desta matéria são de servidores da Justiça Eleitoral do Oeste do Estado. Outras imagens serão mostradas em novas edições do jornal do Sintrajusc, em várias regiões de Santa Catarina.

O aumento do número de filiados na Justiça Eleitoral foi o grande objetivo do Sintrajusc neste ano, fruto

de uma compreensão do Sindicato de que é necessário ter força em todos os ramos do Judiciário Federal em Santa Catarina. Em todos os quadrantes do Estado, os novos servidores da Justiça Eleitoral receberam a visita de diretores do Sintrajusc. A reportagem do Sindicato acompanhou o coordenador-geral Robak Barros em uma das viagens, pelo Oeste do Estado. Foram visitadas as cidades de Brusque, Blumenau, Chapecó, Xanxerê, Ponte Serrada, Tangará, Capinzal e Joaçaba, numa primeira etapa. Na segunda etapa, Robak visitou outras cidades do Extremo-Oeste do Estado.

Em todas as cidades, os servidores da Justiça Eleitoral repetiam as mesmas reivindicações, que mostramos a seguir. Essas reivindicações foram levadas para a Administração do TRE/SC, durante reunião realizada com a diretoria do Sintrajusc, em setembro. O presidente do Tribunal, desembargador Orli de Ataíde Rodrigues prometeu levar em consideração as ponderações dos novos servidores, mas destacou que já está providenciando o atendimento de algumas reivindicações, como liberação da Internet e melhoria das condições de trabalho.

Remoções

Uma das principais reivindicações dos novos servidores da Justiça Eleitoral diz respeito às remoções. Há muitos servidores que tiveram de optar por locais de trabalho distantes de suas cidades de origem. Também há muitos servidores que vieram de cidades de outros estados,

Como as nomeações ocorreram em duas etapas, houve muitos casos de servidores que passaram em melhor colocação e foram lotados em cidades que não atendiam às suas expectativas. Alguns entraram com ações administrativas ou judiciais para conseguir obter nova lotação. A remoção só é possível após três anos de ocupação do cargo. Além disso, boa parte dos cursos de aprimoramento e as palestras, importantes para a obtenção de adicionais de qualificação, acontecem principalmente em Florianópolis, o que prejudica a participação dos servidores do interior.

Internet

Muitas reclamações foram feitas com relação à disponibilidade da rede para os servidores do interior. Na Capital, o acesso é livre. No interior, só para o site do TRE. Fica difícil fazer pesquisa em outros sites da administração pública, o que prejudica a realização do trabalho em vários momentos. Os servidores querem a liberação pelo menos dos sites dos governos federal, estadual e municipais.

FCs

Outro problema grave. Para o interior, só há uma função comissionada, a FC-1. As demais FCs estão concentradas na sede do Tribunal, em Florianópolis. Além disso, há diferença entre as FCs das chefias de cartório da capital e do interior. Os servidores reclamaram da situação e solicitaram a intervenção do Sindicato junto à Administração

do TRE para tentar resolver o problema.

Espaço físico

Em muitas unidades da Justiça Eleitoral no interior, o espaço físico ainda é um grande problema. Em muitas cidades, a Justiça Eleitoral divide espaço com a Justiça Estadual ou com as prefeituras. A Administração do TRE informou ao Sintrajusc que está providenciando novas acomodações em vários dos locais em que o Sindicato ouviu as reclamações, o que foi confirmado pelos servidores durante as visitas.

Chefes de cartório

Aproximadamente 20 chefias dos cartórios eleitorais do interior ainda são ocupadas por pessoas de fora do quadro. Com o concurso público realizado pelo TRE, e a determinação legal de que até o final do ano as chefias de cartório sejam ocupadas por servidores do quadro, essa situação deve mudar. O Sintrajusc esperará o decurso do prazo dado pela lei e encaminhará ofício à Administração do TRE solicitando informações sobre o assunto.

Auxílio-transporte

Muitos servidores acabaram lotados longe de suas cidades de origem. Quando precisam se deslocar, acabam gastando dinheiro em passagem ou se resignando com a distância da família. O valor do auxílio-transporte, segundo esses servidores, é insuficiente.

Categoria elege delegados para 6º Congrejufe

Treze servidores representarão os servidores do Judiciário Federal de Santa Catarina no 6º Congresso Nacional da Fenajufe, que acontece entre os dias 28 de março e 01 de abril de 2007, em Gramado (RS). A escolha dos delegados aconteceu durante a assembléia geral realizada no dia 01/12, em frente ao TRT. Mais de 70 servidores participaram da assembléia. Três chapas apresentaram nomes para participar do Congresso. Além dos 13 titulares, foram escolhidos também 13 suplentes. Apenas os votos válidos dos servidores presentes à assembléia foram considerados para a escolha dos delegados.

Na Chapa 1, Luta Fenajufe, com percentual de 33,33% dos votos válidos, correspondente a 25 votos, foram escolhidos quatro dele-

gados. A Chapa 2, O PCS é de Todos, obteve um percentual de 62,66% dos votos válidos, correspondente a 47 do total dos votos. Essa chapa elegeu oito delegados. E a Chapa 3, com 0,52% dos votos válidos, o que corresponde a três votos válidos do total dos servidores presentes à assembléia, elegeu um delegado.

Delegados para 6º Congrejufe

Laércio Flávio Bonamigo
Wilson Medeiros
Caio Teixeira
Angela Albino
Robak Barros
Paulo Koinsk
Marlúcio Bittencourt
Denise Zavarise
Daniel Ferreira

Sérgio Múriilo
Edson Régis
Thereza Dutra
Eder Braulio Leoni

Suplentes

Adriana Ramos
Neila Ávila
Denise Bonfanti
Guido Manes
Liliane Toldo Cunha Oldra
Marli Albuquerque
Miguel Inácio
Wanderley Correa
Maria José
Fernando Machado
Luiz Severino
Cristiane Rezende
Dinaldo Amorim

Em 2007 haverá Congresso do Sintrajusc

O Sintrajusc realiza o seu V Congresso Estadual em junho, na região Oeste do Estado. Contatos já foram feitos para a escolha de um local que dê conta das necessidades de um evento deste porte. Durante o Congresso, importantes temas estarão na pauta. Um dos principais será a questão da mensalidade sindical. Informações serão repassadas para os servidores a partir de janeiro, preparando a categoria para as discussões que acontecerão em junho.



Campanha pela Defensoria Pública em SC

O Sintrajusc participa da campanha pró-Defensoria Pública no Estado. Santa Catarina é o único estado do País a não contar com o serviço, que atende pessoas de baixa renda sem condições de pagar advogado. Vários sindicatos do Estado participam do movimento. No dia 8 de dezembro (Dia da Justiça) houve um seminário específico sobre o assunto em Joinville. Desde o ano passado, vários eventos já foram realizados no estado para discutir a instalação da Defensoria Pública em Santa Catarina.

A Defensoria Pública serve para defender na Justiça Estadual todas as pessoas que não tenham condições econômicas para contratar advogado e pagar as despesas de um processo.

Ela serve tanto para quem deseja entrar com uma ação na Justiça Estadual quanto para quem precisa se defender de uma ação na Justiça Estadual.

Lei Maria da Penha contra agressões

Este é um ano de uma vitória muito importante para as mulheres de todo o País. Após dois anos de tramitação, foi sancionada pelo presidente Lula, no dia 7 de agosto, a Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A norma recebeu o nome de Lei Maria da Penha Maia, em homenagem à biofarmacêutica Maria da Penha Maia, que lutou durante 20 anos para ver a condenação do marido, o professor universitário Marco Antonio Herredia, que tentou matá-la duas vezes. Seu caso chegou à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que acatou, pela primeira vez, a denúncia de um crime de violência doméstica. Herredia foi preso em 28 de outubro de 2002 e cumpriu dois anos de prisão. Hoje, está em liberdade.

O projeto de lei que trata da violência contra a mulher foi elaborado por um grupo interministerial a partir de um anteprojeto de organizações não-governamentais. O governo federal o enviou ao Congresso Nacional no dia 25 de novembro de 2004. Lá, ele se transformou no Projeto de Lei de Conversão 37/2006, aprovado e agora sancionado. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres colocou à disposição o número 180, para denunciar a violência doméstica. O número recebe três mil ligações por dia.

Dia do Servidor teve trilha e distribuição de canecas ecológicas



No Dia do Servidor (28/10), o Sindicato organizou uma atividade para os espíritos que gostam de aventura: um trekking na trilha da Lagoinha do Leste, uma das mais bonitas da Ilha de Santa Catarina. Foi um passeio e tanto, em que foi preciso algum fôlego, compensado pela vista fascinante, como você pode conferir

nas fotos. Na Semana do Servidor, o Sindicato também distribuiu “canecas ecológicas”. A finalidade foi evitar o uso de copos plásticos. Junto com as canecas, foi distribuído material informativo para conscientizar os servidores da importância de preservar a natureza.

Servidores lotam festa de final de ano

A categoria mostrou mais uma vez que é boa de baile. No dia 8/12, lotou as dependências do Lira Tênis Clube, na festa de final de ano do Sintrajusc, e varou a madrugada com muita música e dança. No final, ficou a certeza de que a festa do Sindicato já está no calendário dos servidores.

Veja abaixo algumas fotos dos colegas, durante o baile. Mais fotos podem ser conferidas na página do Sintrajusc.

